

A SERVIÇO DA CATEGORIA

Jornal do SINTUF RJ

www.sintufRJ.org.br

FASUBRA CUT

SINDICATO DOS TRABALHADORES EM EDUCAÇÃO DA UFRJ



Começa pra valer a campanha salarial 2015

Assembleia geral nesta terça-feira, dia 24, às 14h, no auditório do CT.

Pauta inclui adesão à paralisação proposta pela Fasubra pelo Dia Nacional de Luta e eleição de delegados à plenária da Federação. Reunião de aposentados ocorre no mesmo dia, às 10h, no CT. **PÁGINA 3**

6 de março:

Todos à marcha em defesa dos HUs e da autonomia universitária, contra a privatização da saúde e contra a Ebserh.

Organizada pela Fasubra, a manifestação já conta com a adesão, além das universidades federais e estaduais do Rio de Janeiro, das entidades e fóruns que lutam contra a terceirização e a privatização da saúde no estado. **PÁGINA 3**

Mobilização nacional

Na quarta-feira, dia 25, em Brasília, será lançada a Campanha Salarial dos SPFs. Durante todo o dia, entidades sindicais nacionais, como a Fasubra, realizarão manifestações.



“É um jogo de cartas marcadas”

Em entrevista ao Jornal do SintufRJ, Carlos Lessa expõe sua opinião sobre o governo Dilma Rousseff. **PÁGINA 7**

Sintufrij mobiliza trabalhadores e a população para manifestação em defesa dos HUs e da saúde pública

Fotos: Renan Silva

Na semana antes do carnaval, a diretoria do Sintufrij foi a unidades de saúde da UFRJ mobilizar os técnicos-administrativos em educação e a população para o ato das centrais sindicais que será realizado no dia 6 de março, na Praça da Cruz Vermelha, no Centro do Rio de Janeiro, em defesa dos hospitais universitários e da autonomia universitária, contra a Empresa Brasileira de Serviços Hospitalares (Ebserh) e a privatização da saúde pública em geral.

Em frente à Escola de Enfermagem Anna Nery e do Instituto de Atenção à Saúde São Francisco de Assis (ex-Hesfa), os coordenadores do Sintufrij Francisco Carlos e Boaventura Souza Pinto conversaram com populares, pacientes, estudantes e funcionários das unidades. “Nós estamos aqui em uma campanha de mobilização para denunciar as ações do governo Dilma contra os trabalhadores”, informavam os sindicalistas.



FRANCISCO Carlos e Genivaldo na mobilização em frente à Anna Nery



BOAVENTURA, coordenador sindical

Medidas provisórias

Francisco Carlos e Boaventura esclareceram dúvidas da população em relação às Medidas Provisórias 664 e 665 anunciadas pelo governo federal, que dificultam o acesso ao seguro-desemprego, abono salarial, pensão por morte, auxílio-doença, entre outros, além de estabelecer a terceirização da perícia médica, que poderá ser feita por empresas privadas.

“O governo está atacando de forma descarada todos os trabalhadores, incluindo prestadores de serviço e extraquadro. Esse trabalho que estamos fazendo é para defender os direitos da população. Nossa manifestação é para melhorar condições de atendimento à população na rede pública de saúde, em particular nos hospitais universitários. O governo federal quer a privatização da saúde. É um governo de mentiras, e já mostrou seu sacco de maldades”, afirmou Francisco Carlos.

Nanci Rodrigues Santos, da União de Negros pela Igualdade (Unegro), disse ter se arrependido de ter feito campanha pela manutenção do governo Dilma: “Estamos ligados aos direitos sindicais e me arrependo de ter feito campanha para a Dilma. Essas eleições



COORDENADORA sindical Carmen Lucia, no Hesfa



NANCI, da Unegro

foram marcadas pela falta de opção.”

Segundo o desenhista Marcelo Capote, o governo está indo contra os preceitos definidos na campanha eleitoral. “A Dilma quando entrou para o governo disse uma coisa, mas está agindo de forma contrária. Eu anulei o

meu voto, mas ela está traindo os próprios eleitores”, concluiu.

No Instituto de Ginecologia os dirigentes do Sintufrij conversaram com os funcionários da unidade sobre as novas ações do governo. Francisco Carlos informou que a Ebserh foi

implantada em outros estados, mas não obtiveram êxito (o governo). “No Piauí, os funcionários do hospital universitário estão sem salários. A nossa briga é para garantir que a população não fique sem assistência”, frisou o coordenador do Sindicato.

Saúde: substantivo feminino

Este ano, o Sintufrij comemorará o 8 de Março – Dia Internacional da Mulher, realizando a atividade “Saúde: substantivo feminino”, em parceria com a Coordenação de Políticas de Saúde do Trabalhador da UFRJ (CPST) e o Núcleo de Estudos e Tratamento do Tabagismo (NETT/HUCFF).

O evento ocorrerá no dia 10 de março, das 7h às 16h, no Espaço Cultural do Sintufrij (Cidade Univer-

sitária), com a participação do Espaço Saúde Sintufrij. A programação consta de: circuito de caminhada; café da manhã; Papo de Mulher, que inclui palestras sobre temas relacionados à saúde da mulher, como atividades físicas, nutrição, doenças sexualmente transmissíveis, consumo de álcool e tabaco; Roda de Leitura; massoterapia; exibição de vídeos e sorteios de sessões de cabeleireiro e manicure.

Marcha da Classe Trabalhadora

Depois da realização do Dia Nacional de Mobilização em Defesa de Empregos e Direitos, no dia 28 de janeiro, as centrais sindicais CUT, CTB, CSB, FS, NCST e UGT se unem novamente e convocam as entidades sindicais e seus trabalhadores para a Marcha da Classe Trabalhadora, nesta quinta-feira, dia 26, em São Paulo (concentração na Praça da Sé).

O objetivo da marcha é pressionar o governo pela revogação das medidas anunciadas pelo ministro da Casa Civil, Aloizio Mercadante. As maiores preocupações das centrais são

em relação às resoluções do abono salarial e seguro-desemprego. Se não conseguirem a revogação das Medidas Provisórias 664 e 665, os sindicalistas prometem mobilizar as bancadas no Congresso Nacional pela não aprovação das MPs.

No entendimento da CUT nacional, “essas medidas dificultam o acesso dos mais pobres a direitos”. O presidente da CTB, Adilson Araújo, reforça: “Temos de cobrar que o governo mantenha os compromissos assumidos em campanha.”

É LUTA

Categoria: não falte à assembleia geral

Na terça-feira, dia 24, às 14h, no auditório do CT, na Cidade Universitária, o Sintufrrj realiza assembleia geral para discutir e deliberar sobre os seguintes assuntos:

- 1 - Informes locais e nacionais.
- 2 - Avaliação do indicativo de paralisação do Dia Nacional de Lutas da Fasubra.
- 3 - Eleição de delegados à Plenária Nacional Estatutária da Fasubra nos dias 7 e 8 de março, no Rio de Janeiro (Hotel Golden Park Rio, na Rua do Russel, 374, Glória), com a seguinte pauta: informes nacional e de base; conjuntura; campanha salarial 2015 e XXII Confasubra.



Foto: Renan Silva

ATO EM DEFESA DOS HUs

Vamos parar o centro do Rio dia 6!

Os trabalhadores das universidades federais e estaduais no Rio de Janeiro, na sexta-feira, dia 6 de março, pretendem parar o centro do Rio de Janeiro com caminhada e atos em defesa dos hospitais universitários e contra a Empresa Brasileira de Serviços Hospitalares (Ebserh), pela autonomia universitária e contra a privatização da saúde pública em geral.

A partir das 16h, os manifestantes se concentrarão na Praça da Cruz Vermelha, de onde sairão em passeata até a representação do Ministério da Saúde, na Rua Evaristo da Veiga, e de lá seguirão em direção ao prédio do MEC, na Avenida Presidente Antônio Carlos. Nos dois locais, realizarão atos para chamar a atenção do governo e expor à população a pauta de reivindicações por uma saúde pública de qualidade e as razões pelas quais os HUs devem continuar administrados pelas universidades.

A manifestação, organizada pela Fasubra (que nos dias 7 e 8 de março

realiza no Rio de Janeiro a sua Plenária Nacional Estatutária), conquistou a adesão das entidades e fóruns que lutam contra a precarização e a privatização da saúde no município e no estado do Rio de Janeiro.

Próxima reunião

Na sexta-feira, dia 27, às 15h, as entidades realizam o terceiro encontro, no IFCS (Largo de São Francisco), para dar prosseguimento aos preparativos do ato nacional. À última reunião, dia 9, compareceram o Sintufrrj, Sintuff, UniRio, Sindsprev e representantes dos fóruns em defesa da saúde pública e dos hospitais universitários.

A articulação conjunta das entidades e fóruns visa, também, debater a conjuntura política em nível nacional, estadual e municipal em relação à saúde pública no estado do Rio de Janeiro e fortalecer a luta pela conquista dos 10% do PIB para a saúde.

Aposentados se reúnem pela manhã

Às 10h, no mesmo dia da assembleia, no auditório do bloco A do CT, os aposentados realizam reunião para discutir a campanha salarial 2015, plano de lutas e organização do II Encontro de Formação e Integração Social.

Governo golpeia a parcela mais vulnerável da população

A MP 664 altera o acesso à pensão por morte e ao auxílio-doença; a MP 665, ao seguro-desemprego, abono salarial e ao seguro-defeso (assistência financeira temporária) pago aos pescadores artesanais.

De acordo com o Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos (Dieese), o governo federal justifica a adoção das medidas no contexto de ajuste de contas públicas, como parte integrante do esforço fiscal para alcançar um superávit primário (economia para pagar juros da dívida) em

2015 de 1,2% do Produto Interno Bruto (PIB), alegando que elas poderão gerar uma economia de R\$ 18 bilhões.

Para economistas do Dieese, no entanto, as várias medidas de apoio e benefícios ao setor empresarial adotadas pelo governo nos últimos anos – como redução de alíquotas de IPI e desonerações, entre outras – representaram cerca de R\$ 200 bilhões a título de renúncia fiscal, ou seja, recursos que o Tesouro Nacional deixou de receber. Não é justo, portanto, que o ajuste se inicie exatamente pela parcela

mais vulnerável da população.

Outro argumento do governo para a implantação das MPs 664 e 665 é que essas contribuíram para o combate a fraudes e distorções na utilização dos benefícios ora alterados. As centrais sindicais, que historicamente têm atuado no combate ao mau uso de recursos públicos, reconhecem a necessidade de mais transparência e maior controle social em sua gestão, mas consideram um equívoco que a correção dessas distorções se dê através de ações que punam os

trabalhadores, restringindo ou retirando direitos conquistados.

Embora o governo reitere que as medidas não extinguem direitos trabalhistas, as novas regras para a utilização dos benefícios restringem seu alcance, excluindo milhões de pessoas da possibilidade de acessá-los.

Segundo técnicos do Dieese, a análise das medidas permite concluir que, por mais que o governo alegue que não há retirada de direitos dos trabalhadores, as novas regras limitam o acesso de milhões de brasileiros ao seguro-

desemprego, ao abono salarial, ao seguro-defeso e às pensões, o que, na prática, significa privar a parcela mais vulnerável da população de benefícios que lhes eram assegurados.

Ademais – continua o Dieese – são medidas que destoam da estratégia implementada pelo próprio governo nos últimos anos, cuja finalidade era a melhoria da distribuição de renda e a redução das desigualdades sociais, além de contradizerem suas declarações manifestando o compromisso em não tocar nos direitos dos trabalhadores.

Pleito dos trabalhadores é esquecido pelo governo

“A pauta trabalhista, contida na Agenda da Classe Trabalhadora, se encontra contingenciada”, ressaltou o presidente da CTB, Adilson Araújo, ao lembrar a configuração conservadora do Congresso Nacional. “Atualmente, temos um Congresso conservador, que não hesitará em retirar direitos dos trabalhadores. Por isso, temos que estar preparados.”

Entre os vários itens da pauta, apresentados em 2008, estão a redução da jornada de trabalho, a correção da tabela do Imposto de Renda e a manutenção da política de

valorização do salário mínimo (que o governo já sinalizou que preservará), além da adoção, pelo Brasil, da Convenção 158 da Organização Internacional do Trabalho (OIT), contra dispensas imotivadas.

A dirigente da CUT nacional, Carmen Foro, criticou o governo por ter anunciado o pacote de ajustes fiscais sem conversar com os trabalhadores. “Estamos registrando claramente a nossa insatisfação com o tratamento dado às centrais”, frisou a dirigente, lembrando que as entidades foram apenas informadas sobre as mudanças, sem conversa prévia.

Com planejamento e profissionalismo

Julho de 2013. Uma atmosfera carregada de desânimo tomou o Hospital Universitário Clementino Fraga Filho (HUCFF), que se encontrava mergulhado numa crise financeira, administrativa e de pessoal grave. Defensores da Empresa Brasileira de Serviços Hospitalares (Ebserh) festejavam, e alardeavam o iminente fechamento da unidade.

“Querem provar que não temos competência para administrar o hospital e nos responsabilizar pelos problemas que a unidade enfrenta há anos”, apontou uma médica numa das inúmeras reuniões que o Sintufrj realizou com os trabalhadores no auge da crise de falta de insumos, equipamentos não funcionando e instalações sem condições de uso.

Mas, por força de uma mobilização extraordinária, que uniu técnicos-administrativos, docentes e alunos, capitaneados pelas entidades Sintufrj, Adufrj e Diretório Central dos Estudantes, em setembro de 2013, o Conselho Universitário, em uma sessão que entrou para a história de lutas e resistência pelo respeito à autonomia universitária, aprovou a não adesão da UFRJ à Ebserh.

De lá para cá muita coisa aconteceu no HU, inclusive a eleição de um novo diretor e vice. Aos poucos a unidade foi praticando uma rotina de trabalho mais dinâmica e participativa. Não faltou, como ocorre ainda hoje, jogo de cintura para driblar os problemas e seguir em frente. Tudo indica que trabalhadores e direção estão se entendendo mais, e a certeza de dias melhores tem contribuído para que as competências suplantem o desânimo.

O recomeço

“Na situação em que eu peguei o hospital, se não fosse o esforço muito grande da equipe e o saneamento financeiro, (a unidade) teria fechado”, disse o diretor Eduardo Côrtes.

Assim que assumiu o cargo, há pouco mais de um ano, foi comunicado a Côrtes que seria suspenso o fornecimento de alimentação, o material de diálise e hemodiálise, a manutenção de aparelhos e o oxigênio. “Como um hospital vive sem oxigênio, sem alimentação, sem manutenção de equipamentos? Chamamos as empresas para negociar dívidas. Negociamos

com nosso orçamento próprio, discutindo com fornecedores, baixando preços”, contou o diretor.

Segundo ele, a situação de crise, no que toca a má administração e descontrole de compras, acabou. Mas os problemas no HU ainda são muitos, disse.

Prestação de contas

Côrtes informou que haverá nova audiência pública em março, a exemplo da que foi realizada em setembro de 2014 e que reuniu representantes da sociedade civil em apoio ao hospital. Ele pretende prestar contas de um ano de gestão e mostrar que o hospital está se reerguendo, apesar da restrição orçamentária.

“No nosso primeiro ano de gestão, tivemos que pagar R\$ 9,6 milhões de dívidas contraídas em 2013. Além de R\$ 4,4 milhões que a Reitoria deixou de pagar aos extraquadro. Arcamos com pelo menos R\$ 14 milhões”, detalhou.

Além disso, acrescentou Côrtes, em 2014 o governo reteve R\$ 7,5 milhões que já estavam certos para realização de obras que incluíam a reforma do telhado, dos banheiros, ambulatórios e de três postos de enfermaria. “De repente, em novembro, o MEC tirou esse dinheiro da gente, com as licitações todas prontas e homologadas”. Ele pretende reaver esses recursos.

Apesar das restrições financeiras, diretor lista as obras em andamento e as que serão iniciadas

- Reforma e ampliação do CTI de 12 para 20 leitos, que deverá ser concluída em um mês.
- Reforma das enfermarias do 10º andar, obra que está sendo feita com recursos próprios, cuja previsão de conclusão é até o final de março.
- O diretor pretende concluir a reforma na enfermaria do 11º andar para abrir cerca de 100 leitos; ampliar a área de fisioterapia; reformar e reocupar a área de medicina física; reformar todo o telhado do hospital; reformar o ambulatório; consertar o sistema hidráulico dos banheiros e as infiltrações no prédio; e reformar e recuperar a área de triagem (onde o revestimento do teto está se soltando por causa de infiltração). A direção está licitando também a reforma da Farmácia.

Engenharia, Jairo Villas Boas, mostraram a reforma de enfermarias – prevendo para breve a abertura de 25 leitos –, estruturadas dentro de normas técnicas, com tubulações e instalações elétricas novas, pisos e forros adequados. Segundo Jairo, o objetivo é oferecer conforto ao paciente, e as boas perspectivas estão surtindo efeito adicional de motivar aqueles que veem a obra avançar. “Imagine a gente com R\$ 7,5 milhões? O hospital ia estar em obras do telhado ao subsolo”, projetou Eduardo Côrtes.

Ele mostrou também o que deixou de ser feito com a retenção da verba, como o contraventamento, que é a parede de concreto que deveria cerrar a lateral do prédio devassada pela demolição da Ala Sul e a reforma na rede elétrica e hidráulica. Mas prometeu correr atrás dos recursos: “Vou tentar. Não desanimo. O hospital é viável”, reafirmou.

Ebserh fracassa país afora

O Hospital das Clínicas de Minas Gerais, cuja adesão à Ebserh foi aprovada em 2013, coleciona problemas. Transplantes foram suspensos por falta de material. Médicos chegaram a pedir intervenção do Ministério Público Federal. “Muitos foram demitidos depois que a empresa passou a gerir as unidades de saúde. Fisioterapeutas do plantão noturno também começaram a ser dispensados”,

informou o site do jornal *O Estado de Minas*. Outro jornal – *O tempo* – mostrou situação semelhante que vive o Hospital da Universidade Federal de Uberlândia (UFU), cuja pré-adesão à Ebserh foi aprovada em 2014: “Desde dezembro, todas as cirurgias eletivas foram canceladas. O hospital enfrenta até mesmo dificuldades para manter o fornecimento de alimentos para os pacientes e funcionários.”

Todos os dias as equipes do HU matam um leão para continuar a trabalhar e aquisição de equipamentos – e de pessoal ainda são os principais problemas – está dando certo em nenhum dos hospitais universitários cujas univer-



FALTA verba para construção de parede na Ala Sul



EDUARDO Côrtes e Jairo Villas Boas



CENTRO cirúrgico: realiza, em média, 400 cirurgias/mês



AMBULATÓRIOS: 18 mil consultas/mês

Como, hospital segue superando crise

uar atendendo pacientes. A falta de dinheiro – principalmente para obras de melhoria da infraestrutura – são os principais problemas da unidade. E a comunidade do HU mantém a posição de rejeição à Ebserh, que não quer que as universidades aderiram à empresa.

Planejamento eficiente supera crise

Fotos: Renan Silva



MARCOS Maldonado

Na avaliação do coordenador administrativo do HUCFF, Marcos Maldonado, a unidade continua sobrevivendo com base em um bom planejamento, que inclui redução de custos, com base em conversas com fornecedores para buscar preços mais condizentes com aqueles pagos pelo Sistema Único de Saúde (SUS). “O hospital tem condições. A gente não precisa da Ebserh”, frisa.

Números – O hospital tem cerca de 3.500 trabalhadores, entre servidores, extraquadro e terceirizados; e teve 298 residentes em 2014. Realiza, em média, 400 cirurgias por mês. Nos ambulatórios são feitas cerca de 18 mil consultas/mês. Houve 8.107 internações em 2014, entre 600 e 700 por mês. Ao todo são 13 salas de cirurgia em funcionamento e 250 leitos ativos, mas a direção espera alcançar, ainda em 2015, 400 leitos.

O HU atende a 42 especialidades médicas e 23 programas de alta complexidade. E estão sendo reativados transplantes de rins e fígado.

“Tudo isso exige recursos, obras, reposição de pessoal. Para cada paciente não é necessário apenas um profissional; há uma série de profissionais envolvidos, desde a parte administrativa, no acompanhamento 24 horas por dia, realização de exames...”, explicou a diretora da Divisão Médica, Miriam Vieira Maia.

“A gente acredita que pode dar certo”

“Sempre acreditei que o hospital poderia ser gerenciado sem a Ebserh. Por isso aceitei o cargo de diretora da Divisão Médica”, disse Miriam, lembrando as dificuldades superadas: “Ao longo de um ano fazendo parte da direção vejo o caos a que levaram este hospital. Reflexo do descaso de décadas com a saúde pública. Mas não é a Ebserh que vai resolver. Nosso bem mais precioso são os profissionais, extremamente qualificados. O que precisamos é que venham recursos e reposição de pessoal, imediatamente.”

Como exemplo da precariedade em que se encontrava o HU, Miriam citou a escassez de leitos em condições de uso no CTI: seis. Atualmente são 12, e ela espera dobrar esse número. “A luta é muito grande, mas a gente acredita que pode dar certo. Mas precisamos de recursos”, concluiu a médica, que há 26 anos trabalha no HU.



A diretora da Divisão de Enfermagem, Maria Cecília Pereira Bosa, com 30 anos de HU, assim como Miriam, não tem dúvidas: “A universidade tem expertise para levar (adiante) esse hospital. Só precisamos que o governo nos atenda nos recursos de que necessitamos. Portanto, eu me pergunto: Qual milagre a

Ebserh vai fazer? Só iria mudar a forma contratual do pessoal, que deixaria de ser RJU para ser CLT.”



A Divisão de Apoio Assistencial reúne os serviços de Nutrição, Farmácia, Fisioterapia, Fonoaudiologia, Documentação Médica, Serviço Social e a Comissão de Terapia Nutricional. Segundo a diretora, Roseli Barbosa da Costa, há muitos profissionais terceirizados nos setores, o que muitas vezes resulta em problemas, por conta das empresas que atrasam salários e benefícios, com risco até de paralisar a assistência.

“Mas mesmo com esse quadro catastrófico, temos conseguido caminhar. A gente reformulou rotinas e fez novos protocolos em quase todos os serviços. Na verdade, o HU ficou um bom tempo parado, trabalhando para a Ebserh na gestão anterior. Não conseguimos caminhar. Agora a gente está conseguindo. Temos muitos problemas. Mas somos perfeitamente capazes de criar soluções e de continuar. Com autonomia. Se existe dinheiro para a Ebserh, por que não para a universidade?”, questionou.



Renovação – O chefe do serviço de Otorrinolaringologia, Shiro Tomita, explicou que o

setor, que recentemente recebeu importante equipamento de ajuda nos diagnósticos, tem cumprido a contento sua missão: “Nosso setor está funcionando bem. Lógico que tem deficiências, principalmente relacionadas ao Centro Cirúrgico, que tem poucas salas. Falta também algum instrumental, que estão para comprar. Mas estamos fazendo todas as cirurgias. Contamos com o apoio do diretor, que, na medida que pode, tem comprado equipamentos e material de consumo.”

“A gente está matando um leão por dia”

Carlos Daumas é diretor da Divisão de Atividades Gerenciais e vive às voltas com filas intermináveis no subsolo do HU porque nunca todos os oito elevadores estão em funcionamento. O problema é manutenção, mas ele garante que em abril uma empresa irá promover a troca de peças e ficará responsável pelos equipamentos. Com experiência de 20 anos de casa, ele é categórico: “A gente está matando um leão por dia, mas com certeza não precisamos da

Ebserh, porque todos aqui têm capacidade.”



A assistente social Maria da Conceição Lopes Buarque, presidente da Comissão dos

Direitos dos Pacientes do HUCFF (CDP), acredita que o esforço coletivo dos profissionais que apostaram e investiram na reconstrução do hospital demonstra que é possível retomar o rumo: “O HU enfrenta lutas diárias sob o ponto de vista de infraestrutura, desde vazamentos, que podem significar risco para o paciente, até a necessidade de reparos de tetos, e a regularização de fornecimento do exoval dos pacientes, medicamentos, enfim... Poderíamos listar uma série de necessidades que constituem uma batalha diária das pessoas que fazem o HU acontecer, e nesta luta incluímos o paciente, que cotidianamente procura a CDP e a Ouvidoria e articula dentro dos espaços coletivos e ampliados outras tantas possibilidades de alavancar melhorias e parceria para o HU funcionar.”

Depoimentos



Maria das graças Lima da Silva, 58 anos, moradora de Vigário Geral, vai ao HU uma vez por mês para tratar de problemas dermatológicos. Ela elogia o atendimento: “É um bom hospital. Os médicos são atenciosos, graças a Deus. Venho nos dias marcados e sou atendida na hora certa”.



Marina Queiroz, 79 anos, de Barra do Piraí, há oito meses se trata no setor de Radiologia. Ela utiliza transporte cedido pela prefeitura local, como outras pacientes: “O problema é que é longe. Mas no dia marcado, tenho atendimento. Não tenho do que reclamar”.



Maria José Passos, 68 anos, que tem acompanhado a filha que vai operar um câncer na panturrilha, afirmou: “Sempre pode melhorar, mas se não tivesse esse hospital seria pior ainda. Os médicos são muito bons e minha filha está sendo bem atendida. O governo tem que valorizar não só esse aqui como os outros”.

Foto: Adufrj



Diretora de Saúde do Diretório Central dos Estudantes e vice-presidente do Centro Acadêmico de Enfermagem, Gabriela Celestino acha que é possível, sim, o hospital prosseguir sem a Ebserh “se houver vontade política de quem está dirigindo o hospital e da comunidade acadêmica”. Para ela não há mágica. “Se o governo mandar os recursos de que o hospital precisa, a gente consegue se manter. Não é mudando o modelo de gestão que vai mudar a situação, principalmente se for uma empresa que não tem como interesse principal a população, os estudantes e a autonomia universitária”.

Mobilização em ritmo de carnaval

Confetes e serpentinas coloriram o baile pré-carnavalesco NemQueaVacaTussa!, na sexta-feira, dia 6 de fevereiro, sob uma tenda armada pela diretoria sindical em frente ao Espaço Cultural do Sintufjr. A bateria do Grêmio Recreativo Escola de Samba Mirim Cavalinho Marinho da União da Ilha e a banda do Cordão da Bola Preta animaram os foliões, das 15h às 21h.

Até as 18h, as crianças foram as donas do “salão”, e a maioria estava vestindo fantasias. Princesas e pierrôs esbanjaram alegria. Aposentados, adolescentes e jovens moradores da Vila Residencial da UFRJ foram destaques no baile das 18h às 21h. Foram distribuídos picolés, refrigerantes e cachorros-quentes para a criançada.

Quem foi gostou

Este foi o segundo ano que a diretoria do Sintufjr promoveu o baile pré-carnavalesco, só que dessa vez a intenção foi também energizar os técnicos-administrativos, para que entrem firmas na Campanha Salarial 2015, a partir do reinado de Momo. “A ideia é mobilizar a categoria para o enfrentamento da atual conjuntura”, afirmou Francisco de Assis, coordenador-geral do Sindicato.

Áurea Lúcia, técnica-administrativa do HU, foi ao baile com colegas do trabalho e elogiou a iniciativa da entidade: “Soube pelo Jornal do Sintufjr, e acho muito importante a integração dentro no trabalho.”

“Acho interessante trazer o esclarecimento sobre a situação que o país está passando. São momentos de lazer mais consciente”, definiu a iniciativa do Sindicato o técnico-administrativo do Instituto de Biologia Orlando da Conceição.

A coordenadora de Aposentados e Pensionistas, Maria Passerone, ficou satisfeita com o baile. “Foi maravilhoso! E este ano veio mais aposentados”, festejou.

Paulo César Araújo, da Escola de Comunicação (ECO), foi ao baile acompanhado da esposa, Neia da Silva. Em sua opinião “foi acertada a decisão da diretoria de fazer o evento uma semana antes do carnaval”. E acrescentou: “Somos uma categoria que forma pessoas politicamente, e como estamos entrando em uma luta contra o governo, temos que nos unir.”

Não foram somente as crianças que entraram no clima carnavalesco com fantasias. Justina Rosa, aposentada e uma das organizadoras do baile, fez sucesso com sua colombina. No ano passado ela foi uma das vencedoras do concurso de marchinhas organizado pelo Sintufjr. A alegria e descontração da “melindrosa” Graça Carvalho contagiou a todos.

Fotos: Renan Silva



ENTREVISTA

“É um jogo de cartas marcadas”

Economista, ex-reitor da UFRJ e ex-presidente do BNDES, Carlos Lessa faz uma análise do atual estágio do governo Dilma Rousseff – considerando as últimas medidas econômicas anunciadas e a corrupção na Petrobras. Pelas considerações do professor emérito da universidade, é possível antever como será a vida dos trabalhadores nos próximos quatro anos.

Foto: Renan Silva

Sintufrj: Como o senhor define a política econômica do governo Dilma com o ajuste fiscal anunciado em dezembro?

Carlos Lessa: Vou começar dizendo o seguinte: eu votei Dilma. Ela foi minha aluna na universidade de Campinas, e, quando foi ministra de Minas e Energia e eu presidente do BNDS, tivemos uma convivência enorme. A primeira coisa que eu posso afirmar é que a Dilma é uma economista com toda a informação disponível para fazer variadas estratégias políticas. Não é ignorante e nem malformada. Foi ministra da Casa Civil e depois presidenta da República. Votei nela porque eu achava que o Aécio (Neves) ia mexer imediatamente no salário mínimo. Conheço bem o Armínio Fraga (ele seria o ministro da Fazenda caso o candidato do PSDB ganhasse a eleição) e sei que ele praticaria uma política restritiva. Ele iria começar restringindo os ajustes salariais. E como para mim a coisa mais importante que tivemos nesse milênio foi o (aumento) do salário mínimo, esse baluarte com a vitória do Aécio ia ser atingido. No mais, eu achava que a Dilma, com medo, iria fazer essa política conservadora.

O que mais me surpreendeu foi o Banco Itaú apoiando a Marina Silva e o Bradesco, a Dilma. Como os banqueiros não brigam entre si, para mim foi um acordo dos banqueiros. E não se vai fazer uma política contra o interesse dos bancos. Tudo foi confirmado, para mim, quando ela escolheu para ministro da Fazenda Joaquim Levy. Ele foi o número dois do Palocci (Antonio Palocci, ex-ministro da Fazenda do governo Lula), e depois o Joaquim Levy foi guindado à figura do Bradesco. Portanto, é um jogo de cartas marcadas.

A política econômica da Dilma tem uma assinatura pesadíssima chamada Lula. Uma política muito voltada para atender ao direito dos bancos. A Dilma transmitiu para a população uma visão rósea do futuro. Nos debates nacionais não foi discutido o cenário mundial, petróleo e energia elétrica... Na campanha dela, a única coisa que foi falada é que não seria



“Joaquim Levy foi guindado à figura do Bradesco, o banco que apoiou Dilma.”
Carlos Lessa

mexido no salário mínimo, e eu acho que ela não vai mexer nisso de maneira nenhuma. Mas por medo ela fez o que o Lula sugeriu: colocou alguém de confiança do cenário bancário. Isso não me surpreende: é uma réplica, uma reprodução da política executada durante o governo Lula. Eu votei Dilma e não me arrependo, e não faço parte desse discurso que é a favor de impeachment. Mas a democracia brasileira precisa ser aperfeiçoada, e não há outra maneira de aperfeiçoá-la que não seja enfrentando a crise e discutindo a crise.

Sintufrj: O senhor acredita que o escândalo da Petrobras pode levar ao impeachment da Dilma Rousseff?

Carlos Lessa: A discussão está indo para um caminho muito perigoso no Brasil. É inquestionável que houve muita corrupção na Petrobras, mas, por que a visibilidade dessa corrupção demorou tanto para aparecer? A Petrobras, como a maior empresa brasileira e como uma empresa de petróleo extremamente bem-sucedida, é um espaço amplo para que essas coisas possam acontecer se não houver vigilância social, política e constitucional. A maioria dos contratos

são feitos sem concorrência. A crise tem vários componentes errados, como, por exemplo, a compra de refinarias de petróleo fora do Brasil ao invés de ser investido (recursos) no mercado interno brasileiro. O povo brasileiro não gosta mais da Petrobras. A minha geração foi às ruas gritar “o petróleo é nosso”; mas, hoje, isso não acontece mais. Se a Petrobras deixar de ser uma estatal brasileira, as próximas gerações estão perdidas. Se de repente o povão descobre que falta água, luz, emprego e os juros ficam altos? Nós estamos vivendo uma situação muito delicada.

Sintufrj: As centrais sindicais estão liderando grandes manifestações contra as Medidas Provisórias 664 e 665. O senhor acha que para evitar uma recessão foi necessário retirar direitos dos trabalhadores?

Carlos Lessa: Ela dificultou o acesso a benefícios. Eu não faria, pois isso não resolve o problema. Se as famílias ficam desempregadas, param de fazer compras, o comércio para de vender e a indústria para de produzir. É um ciclo. A política deveria ser anticíclica. (Caso contrário) só vai deixar o desempregado em uma situação mais difícil. Es-

sas medidas provisórias foram criadas para atender às forças conservadoras.

Sintufrj: Dilma foi reeleita com o apoio de setores da esquerda, dos movimentos populares e sindical. Mas pelas medidas adotadas até agora a presidenta assumiu a plataforma política neoliberal. Na sua opinião, por que ela está agindo dessa forma?

Carlos Lessa: Dilma não propôs o neoliberalismo, da mesma maneira que o Lula também não propôs. Eu sou economista desenvolvimentista e adversário do neoliberalismo. Qual foi a política do Lula? Palocci não é diferente do Levy. O papel que Palocci ocupou no mandato de Lula é o mesmo que Joaquim Levy ocupa no governo de Dilma. A tendência de procurar no passado um modelo a seguir é grande. O ponto alto da campanha da Dilma foi dizer que não iria mexer no salário, e quando o Nelson Barbosa (atual ministro do Planejamento) fez declarações que deram a entender que haveria uma contenção do salário mínimo, ela deu um esporro monumental nele.

Sintufrj: E as medidas provisórias?

Carlos Lessa: O governo veio com medidas provisórias que tornam mais difícil o acesso ao seguro-desemprego, e essa medida faz parte de um ideário neoliberal. Mas, por outro lado, faz parte de um ideário qualquer de enunciação fiscal em tempos difíceis. As medidas provisórias não são uma opção neoliberal. Quais serão as medidas para evitar que a atual crise bata com fúria no povão? Eu realmente não sei.

Sintufrj: Qual a leitura que o senhor faz do episódio Petrobras?

Carlos Lessa: As questões brasileiras estão sendo enfrentadas? A sensação que eu tenho é que não. Está uma discussão enorme em torno da roubalheira. A discussão é relevante. Não para saber quem roubou ou não roubou. E, sim, para criar regras para evitar o roubo. É um ato novo da democracia brasileira. E prender os dirigentes das empreiteiras é um avanço democrático. Estamos dando um passo à frente. Estamos, pela primeira vez, apertando o colarinho branco. Quem cometeu erros está sendo punido, independente de quem seja.

Defender a Petrobras é defender o Brasil

Há quase um ano o país acompanha uma operação policial contra evasão de divisas que detectou evidências de outros crimes, pelos quais são investigadas pessoas que participaram da gestão da Petrobras e de empresas fornecedoras. A ação institucional contra a corrupção tem firme apoio da sociedade, na expectativa de esclarecimento cabal dos fatos e rigorosa punição dos culpados.

É urgente denunciar, no entanto, que esta ação tem servido a uma campanha visando à desmoralização da Petrobras, com reflexos diretos sobre o setor de Óleo e Gás, responsável por investimentos e geração de empregos em todo o País; campanha que já prejudicou a empresa e o setor em escala muito superior à dos desvios investigados.

A Petrobras tem sido alvo de um bombardeio de notícias sem adequada verificação, muitas vezes falsas, com impacto sobre seus negócios, sua credibilidade e sua cotação em bolsa. É um ataque

sistemático que, ao invés de esclarecer, lança indiscriminadamente a suspeita sobre a empresa, seus contratos e seus 86 mil trabalhadores dedicados e honestos.

Assistimos à repetição do pré-julgamento midiático que dispensa a prova, suprime o contraditório, tortura a jurisprudência e busca constranger os tribunais. Esse método essencialmente antidemocrático ameaça, hoje, a Petrobras e suas fornecedoras, penalizadas na prática, enquanto empresas produtivas, por desvios atribuídos a pessoas físicas.

Ao mesmo tempo, o devido processo legal vem dando lugar ao tráfico seletivo de denúncias, ofensivo à consciência jurídica brasileira, num ambiente de obscuridade processual que propicia a coação e até o comércio de testemunhos com recompensa financeira. Na aparente busca por eficácia, empregam-se métodos que podem — isto, sim — levar à nulidade processual e ao triunfo da impunidade.

E tudo isso ocorre em meio a tremendas oscilações no mercado global de energia, num contexto geopolítico que afeta as economias emergentes, o Brasil, o Pré-Sal e a nossa Petrobras.

Não vamos abrir mão de esclarecer todas as denúncias, de exigir o julgamento e a punição dos responsáveis; mas não temos o direito de ser ingênuos nessa hora: há poderosos interesses contrariados pelo crescimento da Petrobras, ávidos por se apossar da empresa, de seu mercado, suas encomendas e das imensas

jazidas de petróleo e gás do Brasil.

Historicamente, tais interesses encontram porta-vozes influentes

na mídia e nas instituições. A Petrobras já nasceu sob o ataque de “inimigos externos e predadores internos”, como destacou a presidenta Dilma Rousseff. Contra a criação da empresa, em 1953, chegaram

a afirmar que não havia petróleo no Brasil. São os mesmos que sabotaram a Petrobras para tentar privatizá-la, no governo do PSDB, e que combateram a legislação do Pré-Sal.



Arte digital: Edinho

Os objetivos desses setores são bem claros:

- Imobilizar a Petrobras e depreciar a empresa para facilitar sua captura por interesses privados, nacionais e estrangeiros;

- Fragilizar o setor brasileiro de Óleo e Gás e a política de conteúdo local; favorecendo fornecedores estrangeiros;

- Revogar a nova Lei do Petróleo, o sistema de partilha e a soberania brasileira sobre as imensas jazidas do Pré-Sal.

Para alcançar seu intento, os predadores apresentam a Petrobras como uma empresa arruinada, o que está longe da verdade, e escondem do público os êxitos operacionais. Por isso é essencial divulgar o que de fato aconteceu na Petrobras em 2014:

- A produção de petróleo e gás alcançou a marca histórica de 2,670 milhões de barris equivalentes/dia (no Brasil e exterior);

- O Pré-Sal produziu em média 666 mil barris de petróleo/dia;

- A produção de gás natural alcançou 84,5 milhões de metros cúbicos/dia;

- A capacidade de processamento de óleo aumentou em 500 mil barris/dia, com a operação de quatro novas unidades;

- A produção de etanol pela Petrobras Biocombustíveis cresceu 17%, para 1,3 bilhão de litros.

E, para coroar esses records, em setembro de 2014 a Petrobras tornou-se a maior produtora mundial de petróleo entre as empresas de capital aberto, superando a ExxonMobil (Esso).

O crescente sucesso operacional da Petrobras traduz a realidade de uma empresa capaz de enfrentar e superar seus problemas, e que continua sendo motivo de orgulho dos brasileiros.

Os inimigos da Petrobras também omitem o fato que está na raiz da atual vulnerabilidade da empresa à especulação de mercado: a venda, a preço vil, de 108 milhões de ações da estatal na Bolsa de Nova Iorque, em agosto de 2000, pelo governo do PSDB.

Aquela operação de lesa-pátria reduziu de 62% para 32% a participação da União no capital social da Petrobras e submeteu a empresa aos interesses de investidores estrangeiros sem compromisso com os objetivos nacionais. Mais grave ainda: abriu mão da soberania nacional sobre nossa empresa estratégica, que ficou subordinada a agências reguladoras estrangeiras.

Os últimos 12 anos foram de recuperação e fortalecimento da empresa. O País voltou a investir em pesquisa e a construir gasodutos e refinarias. Alcançamos a

autossuficiência, descobrimos e exploramos o Pré-Sal, recuperamos para 49% o controle público sobre o capital social da Petrobras.

O valor de mercado da Petrobras, que era de 15 bilhões de dólares em 2002, é hoje de 110 bilhões de dólares, apesar dos ataques especulativos. É a maior empresa da América Latina.

A participação do setor de Óleo e Gás no PIB do país, que era de apenas 2% em 2000, hoje é de 13%. A indústria naval brasileira, que havia sido sucateada, emprega hoje 80 mil trabalhadores. Além dos trabalhadores da Petrobras, o setor de Óleo e Gás emprega mais de 1 milhão de pessoas no Brasil.

É nos laboratórios da Petrobras que se produz nosso mais avançado conhecimento científico e tecnológico. Os royalties do petróleo e o Fundo Social do Pré-Sal proporcionam aumento significativo do investimento em Educação e Saúde. Este é o papel insubstituível de uma empresa estratégica para o País.

Por tudo isso, o esclareci-

mento dos fatos interessa, mais do que a ninguém, aos trabalhadores da Petrobras e à população brasileira, especialmente à parcela que vem conquistando uma vida mais digna.

Os que sempre tentaram alienar o maior patrimônio nacional não têm autoridade política, administrativa, ética ou moral para falar em nome da Petrobras.

Cabe ao governo rechaçar com firmeza as investidas políticas e midiáticas desses setores, para preservar uma empresa e um setor que tanto contribuíram para a atração de investimentos e a geração de empregos nos últimos anos.

A direção da Petrobras não pode, nesse grave momento, vacilar diante de pressões indevidas, sujeitar-se à lógica dos interesses privados nem agir como refém

de uma auditoria que representa objetivos conflitantes com os da empresa e do País.

A investigação, o julgamento e a punição de corruptos e corruptores, doa a quem doer, não pode significar a paralisia da Petrobras e do setor mais dinâmico da economia brasileira.

É o povo brasileiro, mais uma vez, que defenderá a empresa construída por gerações, que tem a alma do Brasil e simboliza nossa capacidade de construir um projeto autônomo de Nação.

Pela investigação transparente dos fatos, no Estado de Direito, sem dar trégua à impunidade;

Pela garantia do acesso aos dados e esclarecimentos da Petrobras nos meios de comunicação, isentos de manipulações;

Pela garantia do sistema de partilha, do Fundo Social e do papel estratégico da Petrobras na exploração do Pré-Sal;

Pela preservação do setor nacional de Óleo e Gás e da Engenharia brasileira.

*Defender a Petrobras é defender o Brasil –
nosso passado de lutas, nosso presente e nosso futuro.*

Federação Única dos Petroleiros – entre no site da FUP e assine o manifesto